

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE AGRONOMIA**

**AGR99006 - DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Natane Girelli**

**00270988**

***“Acesso às Políticas públicas para a agricultura familiar”***

Supervisor de campo do Estágio: Eng. Agrônomo Marcos Aurélio Sander

Orientador Acadêmico do Estágio: Profa. Dra. Cláudia Alessandra Peixoto de Barros

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**

Prof. Sérgio Luiz Valente Tomasini .....Depto Horticultura e Silvicultura (Coordenador)  
Prof. Alberto Vasconcellos Inda Junior.....Depto de Solos  
Prof. Aldo Merotto Junior .....Depto de Plantas de Lavoura  
Prof. André Pich Brunes .....Depto de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia  
Prof. José Antônio Martinelli ..... Depto de Fitossanidade  
Profa. Lúcia Brandão Franke .....Depto de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia  
Profa. Maitê de Moraes Vieira .....Depto de Zootecnia  
Prof. Pedro Alberto Selbach .....Depto de Solos

PORTO ALEGRE, Outubro de 2021.

## LISTA DE SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural  
ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural  
AIA - Associação Internacional Americana  
APAFES – Associação de Produtores e Agricultores Familiar de Eldorado do Sul  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
CadÚnico – Cadastro Único de Programas Sociais  
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF  
DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
PNAE – Política Nacional de Alimentação Escolar  
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária  
PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
SISBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

## RESUMO

O estágio curricular obrigatório de conclusão do curso de Agronomia foi realizado na Emater/RS-Ascar no escritório municipal de Eldorado do Sul, durante o período de 9 de julho a 16 de setembro de 2021. O estágio teve como objetivo aprimorar os conhecimentos adquiridos durante a graduação e vivenciar na prática o serviço de assistência técnica e extensão rural prestados aos agricultores familiares do município. As atividades eram realizadas acompanhando o extensionista da Emater em visitas técnicas nas propriedades rurais conforme solicitado pelos agricultores. Atividades no escritório demandam bastante trabalho, onde realizava-se a emissão de DAP, elaboração de projetos técnicos para solicitar investimento ou custeio do PRONAF, além do assessoramento prestado à associação de agricultores familiares participantes do PNAE. Pode-se identificar a importância do trabalho dos técnicos em relação à assessoria prestada para a participação dos agricultores nos principais programas de políticas públicas e a relação de confiança estabelecida entre eles, porém os recursos escassos e a falta de técnicos limitam a capacidade de assistência do escritório municipal que trabalha com uma demanda de serviço muito maior do que a capacidade dos seus técnicos.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. MEIO FÍSICO E SOCIOECONÔMICO	6
3. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO	7
4. REFERENCIAL TEÓRICO	9
4.1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL	9
4.2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	12
4.2.1. PNATER	12
4.2.2. PRONAF	13
4.2.3. PNAE	14
5. ATIVIDADES REALIZADAS	15
5.1. ASSESSORIA PARA O PNAE	16
5.1.1. Elaboração da chamada pública do PNAE e seleção dos fornecedores	16
5.1.2. Assessoramento aos sócios da APAFES	18
5.1.3. Coleta de solo	18
5.1.4. Implantação de pomar	19
5.1.5. Reunião sobre a qualidade dos produtos entregues pela associação	20
5.2. ACESSO AO PRONAF	21
5.3. ATIVIDADES EXTRAS	23
5.3.1. ATER índios	24
5.3.2. Cursos realizados	25
5.3.3. Instalação de agroindústria	25
6. DISCUSSÃO	26
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
ANEXO I	36
ANEXO II	37
ANEXO III	38

## 1. INTRODUÇÃO

O estágio curricular obrigatório é atividade necessária para a conclusão do curso de Agronomia e foi realizado no escritório municipal da Emater/RS-Ascar em Eldorado do Sul, acompanhando o engenheiro agrônomo do escritório, durante o período de 9 de julho a 16 de setembro de 2021, totalizando 310 horas.

Escolheu-se a Emater/RS para realização do estágio, devido à instituição ser referência na prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural no estado do Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 250 mil famílias de produtores rurais que estão distribuídas em 497 municípios gaúchos. O trabalho desenvolvido pela Emater/RS tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico, cultural e social do meio rural com uma perspectiva de desenvolvimento rural autossustentável, economicamente viável e socialmente justo (EMATER, 2020). O serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) público e gratuito é desenvolvido para atender exclusivamente os agricultores familiares, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas e assentados.

A Emater/RS possui importante participação no desenvolvimento rural, através da assistência à agricultura familiar. Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), 77% dos estabelecimentos agrícolas do país são classificados como da agricultura familiar. Esta categoria desenvolve uma agricultura de base ecológica, produzindo alimentos de maneira mais sustentável, respeitando a biodiversidade e os recursos naturais, além de realizar uma produção mais diversificada e de maior qualidade, sendo de grande importância para a agricultura brasileira. Além dos benefícios ambientais, a agricultura familiar também promove o desenvolvimento socioeconômico das comunidades nas quais está inserida.

Com a realização do estágio, buscou-se compreender melhor o funcionamento na prática das principais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e como os extensionistas da Emater contribuem para a efetividade desses programas. No município de Eldorado do Sul, as principais políticas públicas trabalhadas são: Programa Nacional de Alimentação Escolar(PNAE) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PPRONAF).Esses programas demandam bastante empenho dos técnicos, que atuam assessorando os produtores em todas as etapas do programa.

O estágio proporcionou diversas oportunidades de aprendizado, adquirir maior experiência no convívio com os produtores e colocar em prática o conhecimento adquirido ao longo da graduação. Através da assistência técnica prestada pelos extensionistas rurais da Emater, foi possível acompanhar as principais demandas dos assistidos neste município, além

das dificuldades encontradas por parte dos extensionistas, que estão relacionadas à pouca disponibilidade de técnicos em relação à demanda de serviço.

## **2. MEIO FÍSICO E SOCIOECONÔMICO**

O município de Eldorado do Sul está localizado na região metropolitana de Porto Alegre, ficando apenas a 12 km da capital. O município faz divisa com as seguintes cidades: Triunfo, Charqueadas, Arroio dos Ratos, Mariana Pimentel, onde o acesso é pela rodovia BR 290, Guaíba e Porto Alegre através da BR 116, estando nas margens do rio Jacuí ao norte e o Lago Guaíba ao leste.

O município está localizado na zona de transição entre dois biomas, Mata Atlântica e Pampa. O Bioma Mata Atlântica, é constituído predominantemente por vegetação florestal, já o Bioma Pampa é composto por vegetação de campo em relevo predominante de planície, com grande diversidade de fauna e flora. O município também integra a área de proteção ambiental do Delta do Jacuí, que é uma das áreas úmidas mais importantes da região, pois apresenta áreas de influência fluvial, ecossistemas de banhados, restingas e floresta estacional decidual. Esses ambientes possuem grande diversidade de fauna e flora característico dos ecossistemas aquáticos (SEMA, 2017).

Pertencendo a Depressão Central, região formada por rochas sedimentares, a área apresenta baixa altitude. Segundo a classificação de Köppen, o clima é do tipo Subtropical. Com relação às precipitações, apresenta chuvas bem distribuídas ao longo de todo o ano (SOMAR METEOROLOGIA, 2010). Segundo Streck (2018), os solos são classificados como Argissolos Vermelhos distróficos e Planossolos Háplicoeutróficos.

Argissolos são solos profundos a muito profundos e apresentam como características a presença de horizonte B textural. Podem apresentar limitações químicas devido à baixa fertilidade natural, forte acidez e alta saturação por alumínio. Ocorrem em relevos suaves a ondulados e podem ser usados com culturas anuais e campo nativo. Os Planossolos são solos mal drenados encontrados junto à Planície Costeira e nas margens de rios e lagoas, em áreas de relevo plano, suave ou ondulados. Em Eldorado do Sul, este tipo de solo encontra-se nas margens do Rio Jacuí, local onde é cultivado arroz irrigado. Apresentam horizonte B plânico, com transição abrupta para os horizontes A e/ou E, essa mudança abrupta que ocorre devido à perda de argila intensa o que resulta em textura arenosa dos horizontes superficiais (A e E) (SANTOS, 2018).

Conforme dados do IBGE, a população estimada em 2020 em Eldorado do Sul é de 41.285 habitantes, ocorrendo predominância da população urbana (92%) sobre a rural. Vem-se observando nas últimas décadas, intenso crescimento da população urbana e uma sensível diminuição da população rural (SEBRAE/RS, 2020), mesmo tendo ocorrido o processo de assentamento de centenas de famílias oriundas predominantemente das regiões norte e noroeste do estado, acontecimento que alterou o perfil produtivo e cultural da agricultura familiar local (EMATER/RS, 2016).

O PIB per capita é de R\$ 39.551, possui um Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) de 0,73 e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,71. Esse índice classifica o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida, sendo classificado como médio, valor esse que vem aumentando consideravelmente nas últimas décadas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Sua localização geográfica privilegiada atraiu várias empresas, formando um importante polo para empresas de diversos segmentos, destacando-se as indústrias do ramo de medicamentos e logística (PREFEITURA MUNICIPAL, 2020). Na área rural, predominam a cultura de arroz e o reflorestamento de eucaliptos. A pecuária de corte ainda é expressiva, porém vem perdendo área para o reflorestamento. As culturas de subsistência estão limitadas aos seis assentamentos da reforma agrária e demais localidades onde predominam as pequenas e médias propriedades (EMATER/RS, 2016).

### **3. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO**

A Emater/RS-ASCAR é uma associação de assistência social rural a nível estadual, sem fins lucrativos, criada em 1977, a partir da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), sendo atualmente referência no serviço de ATER no Estado (EMATER/RS, 2021). O trabalho da instituição é desenvolver programas e projetos de assistência técnica e extensão rural e social, que considerem os interesses e a diversidade das famílias e comunidades rurais beneficiadas, promovendo maior qualidade de vida, inclusão social e o desenvolvimento rural sustentável das famílias rurais, tendo como públicos prioritários, os agricultores familiares, pecuaristas familiares, assentados, pescadores artesanais e povos tradicionais (EMATER/RS; ANATER, 2021).

A instituição possui grande abrangência de atendimento no estado, estando presente em todos os 497 municípios gaúchos. A operacionalização e a supervisão das atividades dos escritórios municipais são realizadas através dos 12 escritórios regionais administrativos

(Figura 1) e de um escritório central. A Emater/RS também possui 7 Centros de Treinamento, 35 Unidades de Classificação e Certificação distribuídas pelo estado. A instituição possui 1.773 empregados, dos quais 22% possuem formação em nível superior na área de ciências agrárias e 25% com formação em técnico agrícola. Conta também com profissionais que atuam na área de bem-estar social, que representam 18% do total dos empregados. A instituição atua através de convênios realizados com as instituições públicas e privadas, atendendo mais de 200 mil famílias no ano de 2019, segundo o relatório de atividades da Emater/RS.

Figura 1 - Mapa das Regiões Administrativas da Emater/RS.



Fonte: Site da Emater/RS.

O escritório municipal da Emater em Eldorado do Sul pertence à região administrativa de Porto Alegre, o escritório conta com 4 funcionários, sendo três técnicos, um agrônomo, um veterinário, uma técnica na área social e uma funcionária de nível médio responsável pelas funções administrativas. O público atendido por este escritório é composto principalmente por pequenos produtores rurais sendo a maioria produtores orgânicos e assentados que estão distribuídos entre os setes assentamentos da reforma agrária do município. O tamanho das propriedades varia de acordo com o assentamento, mas a maioria possui de 3 a 7 hectares, com exceção para os agricultores que possuem lavoura de arroz, que neste caso são 20 hectares.

#### 4. REFERENCIAL TEÓRICO

A Emater/RS, como prestadora oficial do serviço de assistência técnica e extensão rural no estado, desenvolve um importante trabalho elaborando e executando políticas públicas voltadas para o meio rural, principalmente para aos agricultores em vulnerabilidade social (FERREIRA, 2011).

Com base na importância dessas políticas para o desenvolvimento rural, serão abordados, neste tópico, as principais políticas públicas disponíveis para a inclusão social e produtiva dos agricultores familiares, onde serão descritas algumas das políticas vistas em prática durante a realização do estágio, sendo elas: PNATER, PNAE e PRONAF.

Para entendimento de como as políticas públicas existentes atualmente foram criadas, será abordado o contexto histórico de como a ATER se desenvolveu ao longo das décadas, as transformações que ocorreram na assistência técnica e extensão rural até chegar no que encontramos hoje, um serviço que abrange uma maior diversidade de agricultores e com prioridade aos agricultores familiares.

##### 4.1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

O serviço de Assistência técnica e extensão rural (ATER) teve origem no Brasil em 1948, período em que o mundo vivia um momento pós-guerra e, com isso, a expansão dos mercados consumidores. Os Estados Unidos criaram parcerias para a modernização da agricultura em países subdesenvolvidos, para que eles tivessem mercado consumidor para seus produtos industrializados. Com isso, aqui no Brasil, no estado de Minas Gerais, acontecia o convênio com a *American International Association* (AIA), criando a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR. Essa parceria entre EUA e Brasil tinha como objetivo desenvolver a produção agrícola (OLIVEIRA, 1999).

A ATER MG era uma paraestatal, contava com recursos públicos do governo brasileiro e privados da AIA. O público assistido eram preferencialmente os pequenos e médios produtores, que eram considerados tecnicamente atrasados. Nesta primeira fase, o serviço de ATER tinha como objetivo: educar o homem do campo, modernizar a agricultura e ampliar o mercado consumidor para os produtos industrializados para a agricultura (insumos e máquinas agrícolas) oriundos do EUA (OLINGER, 1996). Em 1955, ocorreu a criação da ACAR no Rio Grande do Sul e, com a criação de outras ATER em outros estados, foi criada a ABCAR, instituição que tinha como finalidade coordenar os serviços das ATER em todo o

país (PEIXOTO, 2008). Podemos considerar essa primeira fase como assistencialista, que não reconhecia o agricultor como detentor do saber e novas tecnologias eram impostas visando aumentar a produtividade. Os serviços prestados eram muito mais de assistência técnica do que extensão rural, pois estavam mais preocupados com a produção do que com a independência do produtor no meio rural.

Na década de 60, com a ditadura militar, podemos considerar outra fase de mudanças para a ATER brasileira, período que foi caracterizado como difusionista. O estado transformou a maneira de fazer extensão rural no Brasil. Os objetivos eram: modernizar a agricultura e aumentar a produtividade através da difusão do pacote tecnológico da revolução verde. A revolução verde foi um processo de modernização conservadora da agricultura associada a tecnologias, tendo como público-alvo o produtor rural de grande e médio porte. Foi o serviço de ATER que ajudou a promover essas mudanças, levando o pacote tecnológico até o agricultor (MUSSOI, 1985). O crédito agrícola também passou a ser uma importante ferramenta para a ATER, pois não seria possível modernizar a produção agrícola se não houvesse recursos para isso. Essa revolução gerou graves consequências sociais e ambientais, provocando o êxodo rural, já que os pequenos produtores já não eram mais prioridade. O incentivo ao uso de monocultura e insumos gerou impactos ambientais, como a degradação dos solos e o uso mais intenso de agrotóxicos (GONÇALVES; RAMIREZ; SANTOS, 2016; MUSSOI, 1985).

Mudanças ocorreram nos nomes das instituições, a ACAR passou a se chamar EMATER e a ABCAR se torna a EMBRATER, sendo que, essas instituições deixaram de ser paraestatal e tornam-se totalmente estatais. Foi criado então, um sistema brasileiro de ATER, chamado de SISBRATER, que é um conjunto de instituições, formadas pela EMBRATER, Emater e Embrapa (CASTRO; PEREIRA, 2017). A EMBRATER era uma instituição centralizadora, que coordenava os trabalhos das Emater, e a Embrapa uma instituição de pesquisa agropecuária que era responsável por criar essas tecnologias que iriam ser difundidas para o agricultor (CASTRO, 2015; PEIXOTO, 2008).

Em 1983, com o fim da ditadura militar, iniciou-se uma reorganização dos movimentos sociais e os agricultores começaram a reivindicar direitos. Com a criação da Constituição Federal em 1988, conseguiu-se que a ATER fosse um direito de todo agricultor, onde se tem direito a uma assistência técnica e extensão rural gratuita e de qualidade (SANTOS, 2011). A extensão passa a ser repensada como processo educativo, dialógico e participativo, onde são criadas metodologias participativas para que o agricultor seja incluído no processo de construção do conhecimento (MUSSOI, 1985; SILVEIRA, 1993).

No ano de 1990, ocorre uma desestruturação da ATER, sendo um período crítico da extensão rural no Brasil devido à extinção da EMBRATER e do SISBRATER. Com isso, também veio o fim dos recursos federais e a coordenação nacional da ATER passou a ser de cada estado, as entidades passam por uma crise financeira e começam a depender dos recursos estaduais. Momento muito importante deste período foi a criação do PRONAF em 1995, uma linha de crédito para a agricultura familiar e em 2001 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (CASTRO; PEREIRA, 2017; PEIXOTO, 2008).

A partir de 2003, ocorreu uma nova ATER, com retomada de investimentos públicos na ATER através de criação de políticas e legislação para a agricultura familiar. Esse período foi marcado pela criação da Política Nacional de ATER (PNATER), assistência técnica voltada para assentados (ATES) e a lei da agricultura familiar que tornou esse público prioritário. Criou-se a lei geral da ATER que consolidou a PNATER e a criação da ANATER, que tem como função regular e acompanhar o trabalho de ATER no Brasil. Essa fase buscou uma extensão rural focada em grupos prioritários e a matriz produtiva com base na agroecologia, que tem como objetivo promover o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, integrando e articulando os conhecimentos das ciências e do saber popular. Com essa nova narrativa, buscou-se um desenvolvimento rural, social e econômico, onde o eixo econômico já não é mais o principal objetivo, mas sim a emancipação do produtor nas suas vias produtivas, econômicas e ambientais (ANATER, 2020; CAPORAL, 2003; MDA, 2004).

Em 2016, com a troca do governo federal, ocorreram importantes mudanças para a ATER e a agricultura familiar com a extinção do MDA. A ANATER passou a fazer parte do Ministério da Agricultura e Pecuária, ministério que tem como foco o agronegócio, diferentemente do extinto MDA, que tinha como foco a agricultura familiar, ou seja, era um ministério que estava mais de acordo com os objetivos da ATER (THOMSON, 2017). Atualmente, a PNATER, que foi criada com o propósito de atender apenas agricultores familiares, está sendo reformulada para incluir os pequenos e médios agricultores que não se enquadram no PRONAF (MAPA, 2020).

Especificamente sobre o serviço de ATER pública e gratuita no estado do Rio Grande do Sul, a situação atual é bastante complicada, devido à difícil manutenção da sua situação institucional junto ao governo estadual. Essa situação é consequência dos cortes orçamentários nos escritórios municipais, que fazem com que os recursos sejam insuficientes para suprir o custeio das atividades e recomposição do seu quadro de extensionistas. A Emater/RS possui um programa de incentivo à demissão voluntária, sem ocorrer a reposição

destes trabalhadores, ocasionando dificuldades para manter a qualidade e a abrangência do trabalho prestado. Várias equipes municipais estão incompletas e a demanda pelos serviços de ATER continua a aumentar (SENGE/RS, 2009; ALRS, 2021).

Também podemos destacar a crise enfrentada pela agricultura familiar durante a pandemia do COVID-19, que sofreu com o fechamento, por um longo período, das escolas públicas e, conseqüentemente, com o desaparecimento de um amplo mercado consumidor dos produtos da agricultura familiar. Outro fato também ocorrido neste ano foi a não aprovação pelo Governo Federal do Projeto de Lei 823/21 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021), que previa o “auxílio emergencial” de amparo à agricultura familiar em razão dos efeitos econômicos da pandemia, auxílio que foi concedido em larga escala à população urbana em situação de vulnerabilidade. Além do auxílio, a proposta também previa prorrogação, desconto e/ou renegociação de dívidas dos produtores, além da flexibilização no crédito rural. A agricultura familiar sofreu significativa redução de rendimentos durante a pandemia, sem poder contar com o apoio do governo federal, o qual não tem poupado recursos públicos ao agronegócio voltado ao mercado externo.

#### 4.2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar desempenha importante papel socioeconômico, porém, esse grupo foi historicamente marginalizado, gerando desigualdade social no meio rural. Com isso, é evidente a necessidade de não homogeneizar as diferenças existentes nesse meio e de desenvolver políticas públicas que busquem o fortalecimento da agricultura familiar.

É importante encarar a pobreza como um problema multifatorial, trabalhar em conjunto com outros setores e realizar a integração das políticas para que essas possam ser mais eficientes. O serviço de ATER busca identificar essas famílias que estão em situação de vulnerabilidade social e levar até elas os programas disponíveis, auxiliando no acesso a esses programas e projetos (FERREIRA, 2011). Desta forma, espera-se que as famílias conquistem segurança alimentar, melhorem a produção e renda, promovam a inclusão social e adquiram sua emancipação dos programas sociais.

##### 4.2.1. PNATER

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foi instituída pelo governo federal em 2010 através da Lei n. 12.188 e é orientada pelo Programa Nacional

de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER). A PNATER foi criada devido à necessidade de desenvolver um novo modelo de extensão rural no Brasil, baseado em uma comunicação mais participativa e com o objetivo de realizar a transição para uma agricultura de base ecológica e atender às novas demandas da sociedade, que busca um desenvolvimento sustentável (MDA, 2004).

A lei de ATER (BRASIL, 2010) estabelece os princípios da PNATER, que são:

“Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.”

As ações da Emater/RS-ASCAR têm como base a Política Nacional de ATER e desenvolvem um importante papel para possibilitar o acesso dos agricultores a outras políticas públicas que têm como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar, sendo o serviço de ATER o instrumento necessário por meio do extensionistas para que as políticas públicas cheguem aos agricultores (EMATER/RS; ANATER, 2021). A PNATER foi criada para atender exclusivamente agricultores familiares, porém, atualmente essa política está sendo reformulada para atender também os pequenos e médios agricultores que não se enquadram no PRONAF (MAPA, 2020).

#### 4.2.2. PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1995, foi a política pública com maior relevância para a agricultura familiar até então. O programa tem como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento rural sustentável, fornecendo financiamentos para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural que propiciem aumento da capacidade produtiva, aumento nos postos de trabalho e melhoria na renda das famílias (BNDES, 2021; MA/SDR/DATER, 1996). O programa tem como foco os agricultores e produtores familiares, pescadores artesanais, extrativistas que pratiquem a atividade de forma ecologicamente sustentável, silvicultores que promovam o manejo sustentável, aquicultores, maricultores e piscicultores, quilombolas e indígenas que desenvolvam alguma atividade produtiva de seus produtos (FERREIRA, 2011).

O PRONAF foi sendo adaptado ao longo do tempo conforme as necessidades dos agricultores, passando por diversas transformações relacionadas a linhas de financiamento e beneficiados (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004). Atualmente, o programa é composto por oito subprogramas, sendo eles: PRONAF Agroindústria, PRONAF Mulher, PRONAF Agroecologia, PRONAF Bioeconomia, PRONAF Mais Alimentos, PRONAF Jovem, PRONAF Microcrédito e PRONAF Cota-Parte (BNDES, 2021).

Para o produtor realizar o acesso ao PRONAF, é necessário obter o enquadramento da operação de crédito através da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) (MAPA, 2021), onde os agricultores são separados em grupos que levam em consideração a renda familiar, sendo que, para cada grupo, existem linhas de créditos com taxas de juros e formas de pagamento específicas. Após a emissão deste documento, o produtor precisa de um projeto que deve ser desenvolvido com o apoio da assistência técnica. O agricultor deve apresentar ao agente financeiro escolhido o projeto técnico e a documentação exigida para então realizar a operação de crédito (FERREIRA, 2011).

#### 4.2.3. PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também conhecido como merenda escolar, criado na década de 1950, passou por muitas modificações e, atualmente, é considerado um dos maiores programas de alimentação escolar no mundo (FNDE, 2020). O programa gerenciado pelo FNDE, repassa recursos financeiros aos estados e aos municípios para aquisição de alimentos saudáveis e que considerem a agricultura, hábitos alimentares e cultura local (EMBRAPA, 2020). Em 2009, o programa passou por algumas modificações, onde 30% dos repasses do FNDE passaram a ser utilizados para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. A chamada pública prioriza os produtores de assentamentos da reforma agrária, as comunidades indígenas e quilombolas para a aquisição de gêneros da Agricultura Familiar

O PNAE busca promover o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos dentro das escolas públicas, contribuindo para o aprendizado e desenvolvimento, melhorando o aproveitamento escolar dos alunos e incentivando hábitos alimentares mais saudáveis. Além dos benefícios nutricionais para os alunos, este projeto também beneficia a agricultura familiar, pois é uma forma de comercialização dos produtos e estimula a produção e consumo dos alimentos locais, fortalecendo a agricultura familiar, aumentando a renda e oportunidade de trabalho (FERREIRA, 2011).

## 5. ATIVIDADES REALIZADAS

As atividades executadas entre julho e setembro de 2021 foram desenvolvidas acompanhando os extensionistas da Emater/RS-ASCAR do escritório municipal de Eldorado do Sul. As atividades foram desenvolvidas, na maioria dos dias, no escritório e algumas a campo. Nas atividades de escritório, foi possível acompanhar o engenheiro agrônomo, principalmente na emissão e renovação da DAP e elaboração de projetos técnicos para os assistidos, com finalidade de solicitar financiamento junto aos bancos. Também se realizava o atendimento dos assistidos que vinham até o escritório para solucionar dúvidas ou agendar visitas técnicas nas suas propriedades. Já as atividades desenvolvidas a campo, foram compostas por visitas técnicas nas propriedades rurais, com a finalidade de esclarecer as dúvidas dos agricultores, principalmente na área de olericultura e fruticultura, coleta de amostra de solo de lavoura de arroz e hortas, além da realização de reuniões envolvendo a comunidade local, abordando assuntos propostos conforme o interesse dos assistidos. Para a realização das saídas a campo, na maioria dos dias, a saída do escritório ocorria no início da manhã ou da tarde, porém, muitas vezes, se fazia necessário o planejamento das atividades para o dia inteiro, com o retorno ao escritório somente no final da tarde.

O escritório municipal da Emater fica no mesmo prédio da secretaria de agricultura, em sala cedida pela prefeitura municipal. A equipe é composta por quatro funcionários, entre eles um engenheiro agrônomo, que é o responsável pelo escritório, um médico veterinário e duas funcionárias de nível médio, sendo que uma delas é extensionista da área social e a outra com função administrativa. O escritório atende principalmente assentados da reforma agrária, pequenas propriedades rurais e produtores orgânicos de hortaliças. Também se realiza um importante trabalho de acompanhamento e assessoramento à associação de agricultores familiares que fornecem alimentos para a merenda escolar do município. Neste trabalho a Emater atua conjuntamente com a secretaria de agricultura e a secretaria de educação do município.

A demanda de trabalho é muito alta, principalmente no período em que foi realizado o estágio, visto que este período compreendeu o momento do retorno das atividades presenciais, que estavam suspensas devido a pandemia do COVID-19, período este em que os funcionários trabalharam no formato *home office*. Dessa forma, a demanda por parte dos assistidos foi bastante intensa, além da quantidade de trabalho já ser normalmente muito maior do que a quantidade de extensionistas disponíveis no escritório.

## 5.1. ASSESSORIA PARA O PNAE

A Emater realiza um importante trabalho de assessoramento à Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Eldorado do Sul da (APAFES), grupo formal que fornece alimentos para o PNAE. A APAFES foi criada em 2011 devido a uma exigência legal do PNAE na época, segundo a qual, a comercialização dos produtos deveria ser realizada através de um grupo formal. Constituída por agricultores de três assentamentos agrários do município, a associação conta com a parceria da Prefeitura Municipal, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Emater. Atualmente, a APAFES é formada por 17 associados, apenas dois agricultores não pertencem aos assentamentos.

O escritório municipal da Emater participa durante todo o fomento, desde a programação da produção dos agricultores, através da assistência técnica e principalmente auxiliando nas funções administrativas, elaborando o projeto de venda para participar das chamadas públicas do PNAE, auxiliando nas reuniões e assembleias da associação com as atas e formação da constituição e na relação entre os associados, atuando como um intermediador na comunicação.

Durante a realização do estágio, foi possível acompanhar diversas reuniões da associação, que ocorreram no auditório da Secretaria da Agricultura de Eldorado do Sul. Nessas reuniões, estavam presentes além de representantes da Emater, representantes das secretarias de educação e de agricultura, para a apresentação das planilhas de controle com as relações de entregas de produtos, os recebimentos, as dívidas e os pagamentos mensais de cada membro integrante da associação. Também foram passadas explicações referentes às chamadas públicas do PNAE para o ano de 2021.

### 5.1.1. Elaboração da chamada pública do PNAE e seleção dos fornecedores

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um importante programa de comercialização dos produtos da agricultura familiar para o município de Eldorado do Sul. Durante o período em que foi realizado o estágio, foi possível acompanhar junto com a Emater o desenvolvimento da chamada pública e a seleção dos produtores, processos esses que foram realizados pela prefeitura municipal.

O processo da elaboração da chamada pública iniciou-se com uma reunião ocorrida na primeira quinzena de julho, que tinha como objetivo mapear os alimentos disponíveis pela agricultura familiar local (Figura 2). Durante a reunião promovida pela secretaria de

educação, além da nutricionista responsável por elaborar o cardápio escolar, estavam também presentes os técnicos da Emater e os agricultores familiares do município que participam, anualmente, como grupo formal, da chamada pública. A associação de agricultores especificou quais os produtos possuíam de acordo com a sazonalidade e a quantidade disponível de cada um. Com base nos alimentos disponíveis, a nutricionista elaborou o cardápio. Posteriormente a essa reunião, a prefeitura então publicou a Chamada Pública onde continha a lista dos alimentos e a quantidade de cada um, para aquisição dos alimentos provenientes da agricultura familiar para alimentação escolar. Os preços de referência para os alimentos adquiridos via PNAE, utilizados como referência, são os preços médios praticados no local ou na região dos produtos da agricultura familiar. O período correspondente foi de agosto até dezembro de 2021, de acordo com o calendário escolar. O valor total desta chamada pública foi de 127 mil reais, sendo o limite individual de venda de R\$ 20 mil por DAP/ano.

Figura 2 - Reunião promovida pela secretaria de educação para mapear os alimentos disponíveis pela agricultura familiar local.



Fonte: A autora.

Após a publicação da chamada pública, é necessário que os agricultores interessados em participar do PNAE, elaborassem um projeto de venda de gêneros alimentícios. Neste projeto constou a relação dos fornecedores participantes e a relação dos produtos e quantidade que será entregue por cada produtor. A Emater elaborou este projeto bastante burocrático para os seus assistidos, que se organizam em todos os editais como um grupo formal. Essa etapa exigiu bastante trabalho por parte dos técnicos. Juntamente com o projeto, também foi exigido toda a documentação desta associação de agricultores, sendo que a aquisição da

documentação também ficou sob responsabilidade da Emater. Este projeto foi entregue à prefeitura municipal pelo responsável da associação na data estipulada pela chamada pública.

A audiência de seleção dos projetos de venda foi realizada no dia 25 do mês de agosto por comissão formalmente designada e teve como participante somente a proposta da associação assistida pela Emater, não tendo outros concorrentes nesta chamada pública. Durante a abertura dos envelopes, a Emater estava presente, o que foi essencial para auxiliar os agricultores na correção de alguns documentos que foram exigidos durante a audiência, o que possibilitou a escolha destes agricultores para realizarem a entrega dos alimentos às escolas do município. Na assinatura do contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar sem licitação para a alimentação escolar, foi estabelecido o cronograma de entrega dos produtos, a data de pagamento aos agricultores familiares e todas as cláusulas de compra e venda.

Após a assinatura do contrato, iniciou-se a entrega dos produtos conforme o cronograma já estabelecido (ANEXO I). Especialmente no município de Eldorado do Sul, a secretaria da agricultura fornece aos agricultores o serviço de coleta desses alimentos, disponibilizando um caminhão da prefeitura que vai até as propriedades realizar a coleta conforme o cronograma e distribuindo esses alimentos para as escolas.

#### 5.1.2. Assessoramento aos sócios da APAFES

A Emater é bastante presente na vida dos sócios da APAFES, todos os integrantes são assistidos pelos técnicos. Na realização do estágio foi possível conhecer todos os 17 associados, através de reuniões ou visitas técnicas até suas propriedades. Essas visitas, tinham como objetivo auxiliar na produção dos alimentos que são fornecidos para o PNAE. Entre as atividades desenvolvidas nas propriedades, podemos destacar a implementação de pomar, coleta de amostra de solo e recomendação de adubos. Além de assuntos burocráticos, como a entrega de blocos de produtor rural e a elaboração de projetos técnicos para a aquisição de linhas de créditos disponíveis para a agricultura familiar.

#### 5.1.3. Coleta de solo

As coletas de amostras de solos tinham como finalidade de orientar o produtor a realizar a adequação da fertilidade do solo. Foi realizada a coleta de uma amostra por propriedade, devido ao custo da análise para o produtor, para que a amostra coletada não

ficasse comprometida devido à heterogeneidade dos solos em relação ao histórico de manejo de solo, cobertura e adubação que o produtor realiza, tentou-se eleger, com a ajuda do produtor, a área que tivesse recebido menor adubação, ou seja, a área que possa vir a apresentar maior deficiência de nutrientes. Após a coleta de solo, as amostras eram identificadas e enviadas pelo engenheiro agrônomo para o laboratório em Porto Alegre, onde o laudo era recebido, fazia-se a análise e a então indicação para os produtores. A Emater utiliza o auxílio do programa Fertifácil (<https://www.fertfacil.com/>) para realizar a recomendação de adubação e calagem, porém identificou-se valores diferentes para recomendação mista de adubo orgânico e químico, quando comparado ao manual de calagem e adubação (SBCS, 2016).

#### 5.1.4. Implantação de pomar

A partir da solicitação de uma associada da APAFES, produtora em um lote de terra no assentamento São Pedro, foi realizada uma visita para prestar assessoramento quanto a implementação de um pomar. A produtora utilizou uma linha de crédito disponibilizada pelo INCRA, específica para mulheres assentadas da reforma agrária, através do projeto de fomento que tem por finalidade promover a segurança alimentar e nutricional. A produtora precisará pagar para o banco somente 20% do valor total, pois o governo federal realiza o aporte do valor restante.

Durante a visita, foram passadas instruções sobre preparo do solo, adubação, espaçamento de plantio e manejo fitossanitário das espécies frutíferas adquiridas. No dia da visita, a produtora já tinha realizado o plantio de algumas mudas, onde foi identificado que o espaçamento entre linhas e nas linhas não eram os adequados, sendo menores do que o recomendado (Figura 3). Foram então passadas instruções quanto aos próximos plantios, para que a produtora respeite uma distância mínima entre as plantas.

Figura 3 - Visita de assessoramento a uma produtora sócia da APAFES, para implementação de um pomar.



Fonte: A autora.

#### 5.1.5. Reunião sobre a qualidade dos produtos entregues pela associação

Após reclamações das merendeiras de algumas das escolas municipais que recebem os alimentos da associação para a merenda, a Emater realizou reuniões a fim de repassar a reclamação aos produtores e orientar sobre os cuidados que devem ser tomados e evitar que novos problemas voltem a ocorrer. Os alimentos que apresentaram problemas nessa entrega em questão foram as bergamotas que estavam apodrecendo e as alfaces murchas.

Segundo os técnicos, esse problema é bastante recorrente e a Emater atua intermediando a comunicação entre APAFES e secretaria de educação, buscando melhorar a relação entre ambos. Desta vez, foi testada uma nova abordagem para tentar solucionar o problema, falando com as partes envolvidas de maneira isolada, sendo primeiro abordado o assunto com a APAFES e, posteriormente, com a nutricionista da secretaria de educação para prestar esclarecimentos sobre as reclamações.

Foram discutidas as providências que devem ser tomadas, onde debateu-se o assunto e ficou decidido alguns pontos, como: (i) prazo para a secretaria de educação fazer a reclamação sobre os produtos que não estiverem em boa qualidade, uma vez que, no caso relatado anteriormente, o problema poderia estar relacionado ao armazenamento inadequado dos alimentos, já que a reclamação foi feita passados quatro dias do seu recebimento; (ii) as bergamotas foram entregues em sacos, o que não está correto, pois a umidade que fica retida dentro do plástico acelera o processo de apodrecimento do alimento, então a indicação foi

para que estes sejam entregues apenas em caixas; (iii) outro ponto discutido foi sobre as bergamotas entregues estarem em final de safra, comprometendo a sua qualidade. Dessa forma, ficou acertado que quando os alimentos não estiverem apresentando boa qualidade, será repassada a informação para a Emater que comunicará a nutricionista para verificar a possibilidade de substituir esses alimentos.

Ficou decidido entre os associados que será realizada uma assembleia para verificar a possibilidade de utilizar o dinheiro da associação para aquisição de caixas para transporte dos alimentos. A recomendação para aquisição de caixas também foi repassada para as secretarias de educação e de agricultura, para que estas também tenham algumas caixas para realizar o transporte e o posterior armazenamento destes produtos. A análise da situação é que a qualidade dos alimentos envolve as etapas de, colheita, transporte e armazenamento, portanto, APAFES e prefeitura devem trabalhar juntas para solucionar e garantir a qualidade dos alimentos que são utilizados na alimentação escolar.

## 5.2. ACESSO AO PRONAF

A Emater realiza a elaboração de projetos técnicos para aquisição de crédito de custeio e investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O projeto é um documento obrigatório para o produtor ter acesso às linhas de crédito, apresentando informações sobre a finalidade do financiamento e a sua viabilidade, quantidade de recurso que o produtor precisará, onde o recurso vai ser utilizado, informações da propriedade e dos bens do produtor e qual a fonte de recursos utilizada para o pagamento do crédito ao agente financeiro. O projeto elaborado pela Emater gera uma taxa a ser paga pelo produtor, onde o valor é correspondente a 0,5% do valor a ser financiado no projeto, nos casos de custeio de lavoura onde será necessário o acompanhamento e a geração de laudos durante a safra, esse valor pode chegar a 2%. Os produtores interessados em adquirir alguma linha de crédito do PRONAFvinham até o escritório e discutiam com o técnico a viabilidade de desenvolver o projeto em questão. Entre os projetos desenvolvidos estavam o planejamento técnico agropecuário para custeio de uma lavoura de arroz e outro de investimento para construção de um silo.

Primeiramente, para o produtor poder obter o PRONAF, é necessário obter a declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), documento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrárias (UFPA) e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. A Emater/RS-ASCAR, como rede credenciada para emitir a DAP,

realiza, através do técnico, o recebimento das informações e documentos fornecidos pelo produtor, e emite a DAP para os produtores que se enquadram nas normas do PRONAF. Entre as exigências para a emissão do documento estão: possuir propriedade de até 4 módulos fiscais, utilizar no mínimo 50% de mão de obra familiar, renda advinda preferencialmente de atividade agrícola na propriedade e ser o gestor das atividades desenvolvidas na sua propriedade rural. O documento, após emitido, tem validade por dois anos, devendo ser renovado após o encerramento deste período.

O projeto de investimento para construção de silo foi para adquirir o PRONAF mais alimento, linha de crédito para investimento em estrutura de produção e de serviços da propriedade, com taxa de juros prefixada de até 3% a.a. Antes de desenvolver o projeto de investimento para o banco, é necessário a elaboração do projeto do silo secador para definir as dimensões e, com isso, o orçamento para a construção. A Emater/RS desenvolveu um programa de computador, para projetar silos secadores de alvenaria armada, cujo objetivo é oferecer aos produtores projetos de silos secadores de alvenaria armada de baixo custo, de fácil execução e adequados às condições das propriedades.

O programa gera projetos com planta, memorial descritivo e listagem de material de silos-secadores em alvenaria tradicional para 100, 250, 500 e 1000 sacos. Porém, para a elaboração do projeto utilizando este programa, é importante respeitar alguns parâmetros pré-estabelecidos como a altura máxima admissível da camada de grãos de 3,5 m, pois, com alturas maiores, há a necessidade de ventiladores com potência motora maior, o que encarece o projeto. A relação altura/diâmetro também deve ser respeitada, não sendo superior a 0,64, pois é a altura da massa de grãos que vai determinar a pressão estática e, por consequência, a potência do motor do ventilador. O objetivo é sempre obter o máximo de efetividade possível com um mínimo de custos construtivos e operacionais.

Para este projeto em questão (ANEXO II), realizado durante o estágio, as dimensões do silo foram para armazenar 500 sacos de milho, com diâmetro de 5 m e altura de 2,70 m. Após o projeto finalizado, o produtor foi orientado a conseguir três orçamentos para a listagem de materiais gerada no projeto. O orçamento total com o material, ventilador e mão de obra foi no valor de 15 mil reais. Com o projeto técnico de investimento pronto, o produtor enviou o projeto ao agente financeiro para análise e contratação da operação.

O planejamento técnico para custeio de uma lavoura de arroz tinha como finalidade o custeio de uma lavoura de 20 ha de arroz irrigado, utilizando a linha de crédito PRONAF custeio. Para enquadramento no PROAGRO, que é um programa do governo federal que garante o pagamento de financiamentos rurais de custeio agrícola quando a lavoura amparada

tiver sua receita reduzida por causa de eventos climáticos ou pragas e doenças sem controle, foi necessário realizar a análise de fertilidade do solo.

Acompanhando o técnico até a lavoura, foi realizada a coleta de solo que foi encaminhada para o laboratório. Após o recebimento do laudo, foi realizada a recomendação de adubação, sendo indicado a aplicação de 90 kg/ha de N, 50 kg/ha de P e 95 kg/ha de potássio. Além disso, por se tratar de uma lavoura de arroz irrigado com o sistema pré-germinado, em que o alagamento ocorre praticamente durante todo o ciclo do arroz, a indicação de correção de acidez não foi necessária, devido às transformações que ocorrem quando os solos são submersos, elevando naturalmente o pH. No projeto técnico, foram realizadas todas as recomendações técnicas necessárias para a execução da lavoura, desde o preparo do solo, semeadura (que deve seguir o zoneamento agroclimático), cultivares e densidade de semeadura, adubação com as fórmulas, doses e épocas de aplicação recomendados e todos os tratamentos culturais.

No projeto também constam informações de que o produtor só poderá utilizar defensivos agrícolas com registro no Ministério da Agricultura. As recomendações técnicas devem ser seguidas pelo produtor, pois, em caso de necessidade de acionar o PROAGRO, a observação dessas recomendações assegura o direito do produtor a receber o pagamento. O orçamento realizado de acordo com a quantidade de sementes, adubo e defensivos agrícolas, gerou um valor total de R\$ 89.295,31, com encargos anuais de 2,75 % e financiado no prazo total de 1 ano.

### 5.3. ATIVIDADES EXTRAS

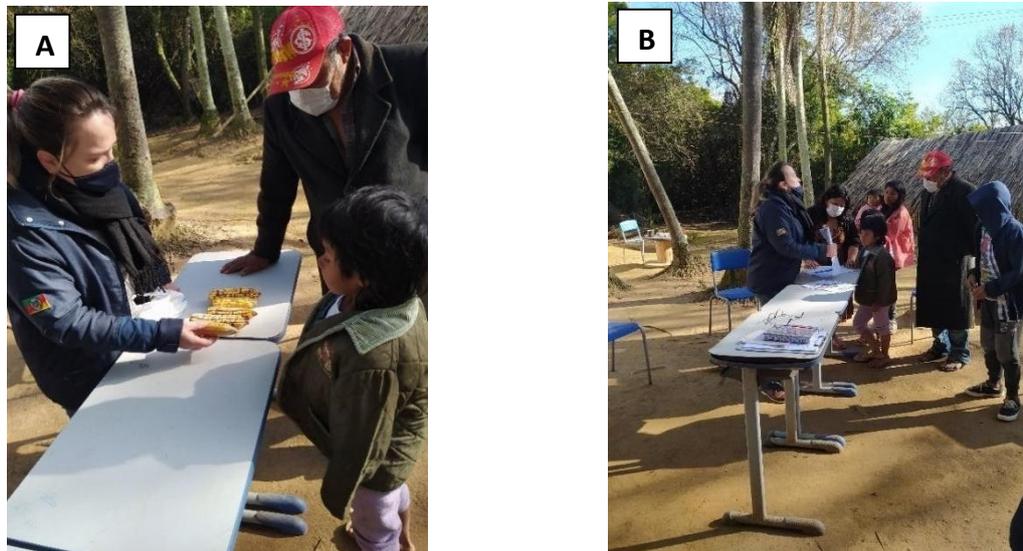
No período de julho a setembro de 2021, foi possível acompanhar e realizar diversas outras atividades no município. As atividades de ATER realizadas pelos técnicos são muito diversas e alcançam um número bastante significativo de assistidos. Além do assessoramento aos sócios da APAFES, atividade que recebeu maior destaque pelo fato de ter sido acompanhada por um período maior, outras atividades não menos importantes também foram desenvolvidas neste período, dentre as quais podemos destacar os cursos realizados em gestão de agroindústria e plantas medicinais, o serviço de ATER índios e assessoria para a criação de agroindústrias.

### 5.3.1. ATER índios

Foram realizadas visitas para orientar a Aldeia Pekuruty em relação ao projeto do governo estadual Semeando nas Aldeias, que tem como objetivo ampliar o acesso a alimentos e minimizar os impactos sociais e econômicos ocasionados às famílias indígenas em decorrência da pandemia da COVID-19. Na mesma visita, foram entregues sementes de milho de variedades rústicas, as quais, foram recebidas pelos técnicos da Emater de outras comunidades indígenas, realizando assim a troca de sementes crioulas, possibilitando a conservação desse material (Figura 4).

Durante a visita, a aldeia recebeu um Kit de sementes de hortaliças, que são tradicionalmente consumidas pelas famílias indígenas, sendo também apresentados materiais técnicos, elaborados com linguagem simples e imagens ilustrativas. No material constam orientações sobre horticultura, compostagem e o cultivo adequado de cada espécie distribuída nas aldeias, com informações sobre os benefícios nutricionais e receitas que valorizam os alimentos. O material foi apresentado também para o professor da Aldeia, para que esse possa também trabalhar esse material durante as aulas.

Figura 4. (A) Visita à aldeia Pekuruty para entrega de material do projeto semeando nas aldeias. (B) Entrega sementes de milho crioula.



Fonte: A autora.

### 5.3.2. Cursos realizados

Durante a realização do estágio, foi possível realizar alguns cursos online disponibilizados pelos escritórios regionais e a central da Emater. Os cursos ofertados foram: Gestão de agroindústria e Plantas Medicinais.

O curso de agroindústria faz parte das capacitações oferecidas aos agricultores cadastrados no Programa Estadual de Agroindústria (PEAF), totalizando 24 horas de curso (ANEXO III), as quais foram divididas em 10 horas de aula ao vivo e o restante em materiais, nos formatos de vídeoaulas, *podcasts* e apostila que foram disponibilizados via a plataforma Moodle. O curso abordou os seguintes temas: processamento, boas práticas de fabricação e gestão. O curso foi dividido em quatro módulos, com uma aula ao vivo para cada um. No primeiro módulo, foi abordado sobre as potencialidades e exigências de uma agroindústria familiar onde foram apresentadas as principais políticas públicas para a agricultura familiar. No módulo 2, discutiu-se a formalização e as legislações que devem ser cumpridas para um empreendimento formalizado. Já o terceiro módulo foi sobre *Marketing*, sendo apresentados o conceito e algumas estratégias fundamentais. No último módulo, foram apresentados os conceitos de gastos, custos e margens, fundamentais para a aplicação dos controles através da planilha de gestão.

O curso de Plantas Medicinais, condimentares e aromáticas, tendo como público-alvo os agricultores, agentes de saúde e pessoas interessadas pelo assunto, ocorreu em três encontros, cada um com duração de 2 horas. O curso foi ministrado de maneira virtual, sendo abordados os seguintes assuntos: identificação, cuidados no uso, boas práticas agrícolas na produção e formas de uso e preparo das plantas.

A Emater costuma ofertar vários cursos sobre diferentes assuntos, alguns restritos para os técnicos e outros disponibilizados também para o público interessado. Esses cursos são bastante relevantes por agregarem e possibilitarem a troca de conhecimento entre os técnicos de diversas partes do estado. Outros cursos que foram disponibilizados durante o período de estágio foram possíveis de serem realizados devido os horários colidirem com a programação de outras atividades.

### 5.3.3. Instalação de agroindústria

Agroindústria é um local para o processamento de produtos primários de origem agropecuária, e formalizar uma agroindústria é uma ótima ferramenta para expandir o

mercado de venda dos produtos produzidos na propriedade. Foram realizadas quatro visitas a propriedades com a finalidade de esclarecer dúvidas quanto à implementação e regularização de agroindústria. As visitas foram para produtores de ovos, geleias, conservas e outros dois para processamento de vegetais para kit sopa. Todos desejavam a agroindústria para abrir mais mercados para comercialização dos seus produtos e parar de trabalhar informalmente. Os produtores vendiam seus produtos em feiras e entendiam que seus produtos eram diferenciados e se destacavam entre os consumidores.

A Emater buscava esclarecer as principais dúvidas dos produtores, que na maioria das vezes estavam relacionadas à burocracia. Um exemplo era quanto ao órgão responsável pela regularização, que para produtos de origem vegetal o licenciamento ocorre através do Ministério da Saúde, já os produtos de origem animal são de competência do Ministério da Agricultura. Outra dúvida era quanto às regularizações, que podem ocorrer na esfera municipal, estadual ou federal, mudando de órgão regulador entre eles e, quanto maior for a abrangência, maior as exigências. A Emater faz o acompanhamento dos produtores em todas as etapas para a regularização, inclusive possui um profissional do escritório central que auxilia na elaboração de plantas técnicas. Todos esses produtores que solicitaram as visitas não progrediram com a ideia até o final do término do estágio, pois o processo de regularização de agroindústria é bastante burocrático e demorado. Eldorado do Sul, até o momento, só possui duas Agroindústrias familiares, uma de aipim e outra de queijo e iogurte. O curso de agroindústria foi fundamental para o acompanhamento dessas visitas, pois ajudou no entendimento das principais necessidades para um produtor poder formalizar a sua agroindústria.

## **6. DISCUSSÃO**

O estágio proporcionou a possibilidade de ver na prática a importância das políticas públicas como, por exemplo, a ATER, PRONAF e PNAE para a agricultura familiar, assuntos esses vistos durante o curso de agronomia, mas não na intensidade que merecem. Conhecer a aplicação dessas políticas públicas possibilitou compreender melhor a importância e as dificuldades enfrentadas na prática. As políticas públicas são muito importantes para o fortalecimento e geração de renda dos produtores da agricultura familiar e das famílias que estão em vulnerabilidade social no campo. Uma das contribuições da Emater tem sido levar ao conhecimento dos produtores esses programas que estão disponíveis para a agricultura familiar.

O PNAE é uma importante política pública para a agricultura familiar, constituindo-se em uma ótima ferramenta de comercialização dos produtos, pois garante a venda dos alimentos por um preço justo e, valoriza a produção local e incentiva a produção sustentável de alimentos, gerando renda para os produtores locais. Em um estudo realizado por *Andreatta et al.* (2021), onde foram avaliados a efetividade do PNAE no município de Panambi/RS, verificou-se que a estratégia de logística de entrega dos alimentos foi apontada por muitos como um grande problema a ser resolvido, sendo necessário melhorar a estratégia para diminuir a dificuldade de transporte dos agricultores a grandes distâncias para a entrega de alimentos. Outro problema levantado neste estudo foi em relação à falta de uma assistência técnica que busque realizar projetos e planejamentos a longo prazo.

Já no município de Eldorado do Sul, podemos ver um bom exemplo de trabalho realizado pela Emater/RS e pela secretaria de agricultura do município em relação a esses dois pontos levantados no estudo em questão. A secretaria realiza gratuitamente a coleta dos alimentos nas propriedades e distribui para as escolas, o que garante eficiência na logística e possibilita menor gasto aos produtores. Desse modo, o produtor não precisa ter despesas de deslocamento para entrega dos alimentos, aumentando a sua rentabilidade.

A importância da assistência técnica para os produtores também é abordada em outro estudo (ASSIS; FRANÇA; COELHO, 2019), no qual os autores discutem algumas dificuldades enfrentadas por produtores de três municípios mineiros. Os problemas encontrados são em relação aos documentos exigidos para a participação na chamada pública, devido às dificuldades encontradas pelos produtores que não estão acostumados a providenciar esse tipo de documentação. Salientam também a importância da Emater em auxiliar nessa demanda. Em dois dos três municípios avaliados, as associações possuem um profissional contratado que realiza as questões burocráticas e todo o processo ao longo do contrato. Já no caso da APAFES em Eldorado do Sul, são os funcionários da Emater que realizam todo o processo, reunindo a documentação exigida, desenvolvendo o projeto de venda dos produtos alimentícios, realizando o contato com os produtores para verificar as quantidades de produtos disponíveis para fornecer, emissão de notas fiscais e atuando como intermediador na comunicação entre associação e prefeitura.

A qualidade dos alimentos entregues é um problema recorrente, podendo-se avaliar que a questão de armazenamento dos produtos entregues é o principal ponto. Durante o estágio, ocorreu uma situação em que os produtores estavam colocando as frutas em sacos fechados sem refrigeração, o que não é indicado. Os alimentos devem ser transportados em condições propícias, com higiene adequada, não contendo impurezas e mantidos em

temperatura adequada, porém, as escolas não possuem estrutura para armazenar estes produtos corretamente. Como visto nos vídeos recebidos das merendeiras, percebe-se que os produtos ficaram armazenados da mesma forma que foram recebidos, sem qualquer preparo ou manuseio para um bom acondicionamento até serem utilizados. Este problema de qualidade também é relatado por Gregolin *et al.* (2017), que destaca que a falta de estrutura nas escolas para armazenamento dos produtos *in natura*, a quantidade insuficiente de profissionais que trabalham com a merenda escolar e a falta de capacitação destes para trabalhar com alimentos da agricultura familiar, prejudicam a conservação e qualidade final dos alimentos.

O escritório da Emater em Eldorado do Sul está buscando soluções para essa questão, ou seja, está articulando reuniões entre prefeitura e associação dos produtores para buscar alternativas que viabilizem uma melhor manutenção da qualidade dos produtos, desde o momento da colheita até o armazenamento destes nas escolas. A iniciativa que está sendo discutida no momento é de adquirir caixas específicas para armazenamento e transportes dos alimentos. Estão sendo realizadas conversas com a secretaria de educação para buscar alternativas que proporcionem melhores condições de armazenamento destes produtos nas escolas.

O PNAE é de expressiva importância para os associados da APAFES, o programa se tornou um novo canal de comercialização dos produtos para alguns produtores, sendo para estes a principal fonte de renda, já para outros foi uma maneira complementar de venda de seus produtos. No entanto, para todos os produtores o programa contribuiu para aumento na renda, melhoria de qualidade de vida e incentivou uma maior diversificação dos alimentos produzidos no município. Em relação ao fechamento das escolas públicas durante a pandemia e à conseqüente limitação de mercado para comercialização dos produtos da agricultura familiar, em Eldorado do Sul, a chamada pública do PNAE foi mantida durante esse período. Os alimentos adquiridos através do programa foram distribuídos para os alunos cujas famílias estavam cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), não ocorrendo grandes prejuízos aos produtores.

O PRONAF, é uma importante política de crédito rural para a agricultura familiar, sendo o serviço de ATER muito importante como intermediador entre os agricultores e os agentes financeiros, além da elaboração dos projetos técnicos para aquisição do crédito. Porém, durante a realização do estágio, observou-se algumas dificuldades quanto ao acesso ao programa até a aquisição do crédito pelo produtor, o que pode interferir na eficiência do PRONAF.

O principal ponto observado nesta etapa é a demora para liberação do crédito, que depende do desenvolvimento do projeto pelos técnicos da Emater e da burocracia exigida pelos bancos. Em relação à demora no desenvolvimento dos projetos, pode-se verificar que estes projetos exigem dedicação e tempo dos técnicos, podendo-se também atrelar este problema à alta demanda de serviço que os funcionários da Emater enfrentam. Essas informações são corroboradas por Santos e Delgrossi (2016), que avaliou o processo de interação entre o agricultor familiar e o agente de ATER. O estudo demonstrou que os agentes de ATER possuem importante participação na elaboração dos projetos técnicos, atuando como um agente de informação, comunicação, orientação e intermediação do crédito na relação produtor e agente financeiro. Os dados coletados por Santos e Delgrossi (2016) também apontam que os produtores veem o processo para participação do programa como muito burocrático, ponto esse que o autor relaciona com as dificuldades de apresentação dos documentos, à necessidade do produtor retornar aos escritórios de ATER diversas vezes e à demora na elaboração dos projetos. Essa percepção também é comum entre os agentes de ATER sobre a burocracia e demora do processo, que muitas vezes está relacionada ao desconhecimento dos agricultores em relação à política que estão acessando. Além das divergências na comunicação entre os órgãos de assistência técnica e agentes financeiros, e a insuficiência de técnicos para a realizar a prestação do trabalho, tanto para acesso ao programa, quanto a implementação deste.

Santos e Delgrossi (2016) também relatam a existência do distanciamento entre os agricultores e o agente financeiro, que gera consequências na comunicação e divulgação do PRONAF. Identificou-se uma certa falta de comprometimento dos agentes financeiros em orientar os agricultores familiares sobre a documentação necessária, as condições e os benefícios financeiros do PRONAF, situação que é bem diferente na relação com os agentes de ATER, pois estes se demonstram mais comprometidos com os produtores.

Apesar das limitadas condições de atendimento às demandas dos agricultores do município, decorrentes principalmente do reduzido quadro de funcionários, o escritório municipal de Eldorado do Sul busca desenvolver um bom trabalho com seus assistidos, através de uma relação de confiança entre técnicos e agricultores, buscando sempre a melhor alternativa para o produtor.

Assim, como no estudo realizado por Santos e Delgrossi (2016), que apontou problemas de comunicação entre o agricultor e o agente financeiro, no município de Eldorado do Sul também ocorre. Por diversas vezes, foi possível ver o produtor chegando até o escritório da Emater com informações incorretas e insuficientes, fazendo com que o produtor

se deslocasse várias vezes da sua propriedade até a cidade para ir em busca dos documentos exigidos. Em algumas situações o técnico da Emater informava que determinado documento era exigência para a participação do programa, já o funcionário do banco dizia que não seria necessário, o que acarretou descontinuação do projeto por parte do banco, devido à insuficiência de documentos apresentados. Isso demonstra o despreparo dos agentes de créditos, que acarreta atraso na liberação do crédito aos produtores e na aplicação deste recurso para a finalidade para a qual seria destinado.

Apesar das questões que surgem para a aquisição do crédito pelo produtor, e, como visto, os agentes de ATER possuem grande importância para solucionar essas questões, Schneider et al. (2004), demonstram, através do seu estudo, os benefícios do PRONAF para a agricultura familiar. O programa passou por diversos ajustes desde a sua criação, melhorando a distribuição dos recursos entre as regiões do país e também entre agricultores com diferentes níveis de renda, alterações que possibilitaram o acesso ao crédito a um maior número de agricultores. Está claro que o PRONAF melhora as condições de trabalho e de vida dos agricultores, pois o programa é uma maneira de investir recurso na propriedade. O investimento promove melhoria da estrutura da propriedade, através de máquinas e implementos que possibilitam uma maior facilidade no trabalho, com isso aumentando a produção (KLUCK; GAZOLLA, 2016).

Para que essas políticas, entre outras, desenvolvidas especificamente para os agricultores em vulnerabilidade social, possam ser acessadas pelos agricultores e implementadas, o serviço de ATER público e gratuito é indispensável. Porém, Deponti (2010), avaliou a extensão rural pública do Rio Grande do Sul e, destacou as dificuldades enfrentadas pela Emater/RS, que sofre com falta de recursos financeiros devido aos cortes estabelecidos pelo governo estadual. São listadas, também, dificuldades operacionais, programa de incentivo à demissão voluntária sem substituição de funcionários e aumento da carga de trabalho. Estes fatores levantados interferem na eficiência dos trabalhos de assistência técnica e extensão rural que são prestados pela Emater/RS, que atua como um importante recurso para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais. Para que essas dificuldades de atendimento possam ser minimizadas, os extensionistas do escritório de Eldorado do Sul acreditam que seja necessário diminuir o trabalho burocrático exigido pelas chefias da Emater/RS, com a descrição e comprovação das atividades realizadas diariamente. Faz-se necessário, mais um funcionário para desenvolver especificamente os atendimentos para cadastramento ou renovação de DAP e as demais atividades burocráticas que mantêm os técnicos por mais tempo no escritório. Essas mudanças possibilitariam que os técnicos

pudessem aumentar a capacidade de atendimento aos produtores e realizar um melhor acompanhamento das atividades em execução.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É muito importante reconhecer a contribuição da agricultura familiar para o setor agrícola no Brasil. Além dos benefícios socioeconômicos, ela favorece o emprego de práticas produtivas mais ecológicas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos e a conservação dos recursos genéticos, contribuindo para a erradicação da pobreza e a segurança alimentar. Nesse contexto, fica evidente a importância da assistência técnica e extensão rural e das políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável.

O PNAE, como importante política pública, possibilitou novo mercado para a venda dos produtos da agricultura familiar, tornando-se, para muitos desses produtores, um mercado que é “garantido”, oferecendo a eles segurança para que invistam em estrutura na sua propriedade e conseqüentemente aumentando a produção.

Já o serviço prestado pelos funcionários do escritório municipal da Emater/RS em relação ao programa proporciona toda a assistência necessária, desde planejamento da produção até as questões burocráticas para participação da chamada pública, sendo um importante intermediador entre agricultores e prefeitura em relação ao PNAE. Também vale destacar a alta dependência dos associados em relação à Emater. Nessa situação é necessário que os técnicos encontrem uma distância segura, onde não se afaste tanto ao ponto de ocorrer a desestruturação da associação, mas procurando encontrar uma maneira de promover maior autonomia do grupo.

Em relação à qualidade dos alimentos, é importante realizar conversas com as escolas, abordando as características da agricultura familiar e seus produtos, para que os profissionais que recebem os alimentos nas escolas possam compreender melhor as suas características e assim estabelecer os critérios de qualidade dos produtos.

Outra importante política bastante vista durante o período de realização do estágio foi o PRONAF e a elaboração do projeto técnico que é necessário para a aquisição do crédito, etapa essa que demanda bastante tempo dos técnicos da Emater/RS. Além da elaboração do projeto, é muito importante para o agricultor familiar que ele receba informações adequadas para melhorar sua produção. Não basta apenas conceder crédito, é necessário o acompanhamento do produtor, para que ele consiga ter um melhor retorno financeiro do valor

empregado. Isso reforça a importância do serviço de ATER para os agricultores familiares, que não está sendo suprido pela falta de técnicos.

Apesar de todas as dificuldades encontradas, é preciso destacar aqui a relação de confiança que foi construída entre os funcionários do escritório de Eldorado do Sul e seus assistidos, através do respeito entre ambos. Mesmo com alta demanda de trabalho e falta de técnicos para atender todo esse trabalho, os funcionários deste escritório fazem o seu melhor em cada atividade realizada, é visível como eles batalham pelos interesses dos agricultores, buscando sempre o melhor para estes.

Outro ponto observado foi o serviço disponibilizado pela Secretaria de Educação, que se diferencia em relação a outros municípios. A prefeitura de Eldorado do Sul, através de suas secretarias e do excelente trabalho desenvolvido pelo escritório municipal da Emater, promove o acesso e a manutenção desses agricultores familiares nos principais programas. Exemplo disso é a disponibilização do caminhão para coleta dos alimentos nas propriedades, distribuição dos alimentos nas escolas, e manutenção do contrato de aquisição dos alimentos para a merenda escolar durante a pandemia. O estágio proporcionou ver na prática a importância que o serviço de ATER possui na efetividade das políticas públicas para os agricultores em maior vulnerabilidade social e a contribuição destes no desenvolvimento rural. Também foi possível avaliar o envolvimento da prefeitura municipal nesses programas e como isso pode variar de um município para o outro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANATER. **Histórico Da Anater.** [S. l.], 2020. Disponível em: <http://www.anater.org/index.php/gestao-estrategica/>. Acesso em: 17 set. 2021.
- ANDREATTA, Taniceet *al.* Efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a perspectiva dos agricultores familiares do município de Panambi-RS. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 135, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/raf.v15i1.9749>
- ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula; FRANÇA, André Guerra de Melo; COELHO, Amanda de Melo. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros 1 Family farmingandschoolfeeding: challenges for accesstoinstitutionalmarkets in threemunicipalitiesof Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], p. 1–17, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.187826>. Acesso em: 19 set. 2021.
- BNDES. **Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 17 set. 2021.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER**Brasil: [s. n.], 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm). Acesso em: 14 set. 2021.
- CAPORAL, Francisco Roberto. BASES PARA UMA NOA ATER PÚBLICA. **Extensão rural**, [s. l.], v. 10, p. 148–162, 2003.
- CASTRO, César Nunes de. **Desafios Da Agricultura Familiar: O Caso**Boletim regional, urbano e ambiental. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU\\_n12\\_Desafios.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU_n12_Desafios.pdf).
- CASTRO, César Nunes; PEREIRA, Caroline Nascimento. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater. **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, [s. l.], v. 1, p. 48, 2017. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8114%0Ahttp://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8114/1/td\\_2343.PDF](http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8114%0Ahttp://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8114/1/td_2343.PDF)
- EMATER/RS; ANATER. **Plano de Trabalho do instrumento específico de parceria entre Anater e Emater/RS para prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural no âmbito do programa nacional de crédito fundiário.** Porto Alegre: EMATER, 2021.
- EMATER/RS. **Estudo de Caso Escritório Municipal.** Eldorado do Sul: [s. n.], 2016.
- EMATER/RS. **Relatório de atividades de assistência técnica e extensão rural e social.** Porto Alegre: [s. n.], 2019.
- EMATER/RS. **Sobre a EMATER.** [S. l.], 2021. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/a-emater/apresentacao.php#.YUOcDFVKjIU>. Acesso em: 16 set. 2021.
- EMATER. Relatório de atividades de assistência técnica e extensão rural e social 2018. **Emater/Rs-Ascar**, [s. l.], v. 1, p. 87, 2020.
- EMBRAPA. **Tema Embrapa | Agricultura Familiar.** [S. l.], 2020. Disponível em: [https://www.embrapa.br/conteudo-web/-/asset\\_publisher/fHv2QS3tL8Qs/content/tema-embrapa-agricultura-familiar-politicas-publicas?inheritRedirect=false&redirect=https%3A%2F%2Fwww.embrapa.br%2Fconteudo-web%3Fp\\_p\\_id%3D101\\_INSTANCE\\_fHv2QS3tL8Qs%26p\\_p\\_lifecycle%3D0%26p\\_p\\_state%3Dnormal%26p\\_p\\_mode%3Dview%26p\\_p\\_col\\_id%3Dcolumn-1%26p\\_p\\_col\\_count%3D1](https://www.embrapa.br/conteudo-web/-/asset_publisher/fHv2QS3tL8Qs/content/tema-embrapa-agricultura-familiar-politicas-publicas?inheritRedirect=false&redirect=https%3A%2F%2Fwww.embrapa.br%2Fconteudo-web%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_fHv2QS3tL8Qs%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1). Acesso em: 17 set. 2021.

- FERREIRA, CEZAR HENRIQUE ET AL. **Políticas para a agricultura familiar**. Porto Alegre: Emater/RS, 2011.
- FNDE. **Histórico - Portal do FNDE**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 13 set. 2021.
- GONÇALVES, Lúcio Carlos; RAMIREZ, Matheus Anchieta; SANTOS, Dalvana dos. **Extensão rural e conexões**. 1ªed. Belo Horizonte: FEPE, 2016. ISSN 1939-327X.
- GREGOLIN, M. R. P. *et al.* Potencialidades E Fragilidades Do Programa Nacional De Alimentação Escolar - Pnae No Território Cantuquiriguaçu (Pr). **Revista Conexão UEPG**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 548–567, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/rev.conexao.v.13.i3.0015>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Eldorado do Sul**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/eldorado-do-sul/panorama>. Acesso em: 16 set. 2021.
- KLUCK, Cirlene; GAZOLLA, Marcio. **Pronaf e Desenvolvimento Rural: estudo de caso dos agricultores familiares ecologistas do município de Antônio Prado (RS)**. [S. l.: s. n.], 2016.
- MA/SDR/DATER. **Manual operacional do PRONAF**. Brasília: [s. n.], 1996.
- MAPA. **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap>. Acesso em: 17 set. 2021.
- MAPA. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater>. Acesso em: 17 set. 2021.
- MDA. **Política Nacional De Assistência Técnica E Extensão Rural**. Brasília: [s. n.], 2004.
- MUSSOI, Marion Eros. Extensão Rural: uma contribuição ao seu repensar. **Centro de ciências rurais**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 37–50, 1985.
- OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: Epagri, 1996.
- OLIVEIRA, Mauro Márcio. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de ciência & tecnologia**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 97–134, 1999. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8898>
- PEIXOTO, Marcus. Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação. **Núcleo de Estudos e pesquisas do Senado**, [s. l.], n. 48, p. 1–50, 2008.
- PREFEITURA MUNICIPAL. **História de Eldorado do Sul**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.eldorado.rs.gov.br/portal/servicos/1001/historia/>. Acesso em: 16 set. 2021.
- SANTOS, F P. **Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil**. 2011. - FGV-SP, [s. l.], 2011.
- SANTOS, Humberto Gonçalves dos. Sistema brasileiro de classificação de solos. Brasília, p. 356, 2018.
- SANTOS, Stela Mares; DELGROSSI, Mauro Eduardo. A relevância dos serviços de Ater na execução do Pronaf no município de Unaí – MG. [s. l.], p. 26, 2016. Disponível em: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-1\\_09\\_a\\_relevancia/ESA26-1\\_09\\_PDF](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-1_09_a_relevancia/ESA26-1_09_PDF). Acesso em: 20 set. 2021.
- SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro Francisco. Histórico, Caracterização E Dinâmica Recente Do Pronaf. **Participação Social no Brasil Rural**, Porto, p. 21–50, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5656>
- SEBRAE RS. Eldorado do Sul. [s. l.], 2020.
- SEMA. **Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí - Sema - Secretaria do**

**Meio Ambiente e Infraestrutura.** [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/area-de-protecao-ambiental-estadual-delta-do-jacui>. Acesso em: 9 ago. 2021.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado. O Repensar Extensionista: A dialógica freireana e a tecnocracia modernizante na agricultura brasileira. **Ciências rurais**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 87–94, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cr/a/3Vjf7Njbn7TDnzBRdPysZNL/?lang=pt>

SOMAR METEOROLOGIA. **Médias Climatológicas - IRGA.** [S. l.], 2010. Disponível em: <https://irga.rs.gov.br/medias-climatologicas>. Acesso em: 9 ago. 2021.

STRECK, Edemar Valdir. **Solos do Rio Grande do Sul.** 3. ed. Porto Alegre: [s. n.], 2018.

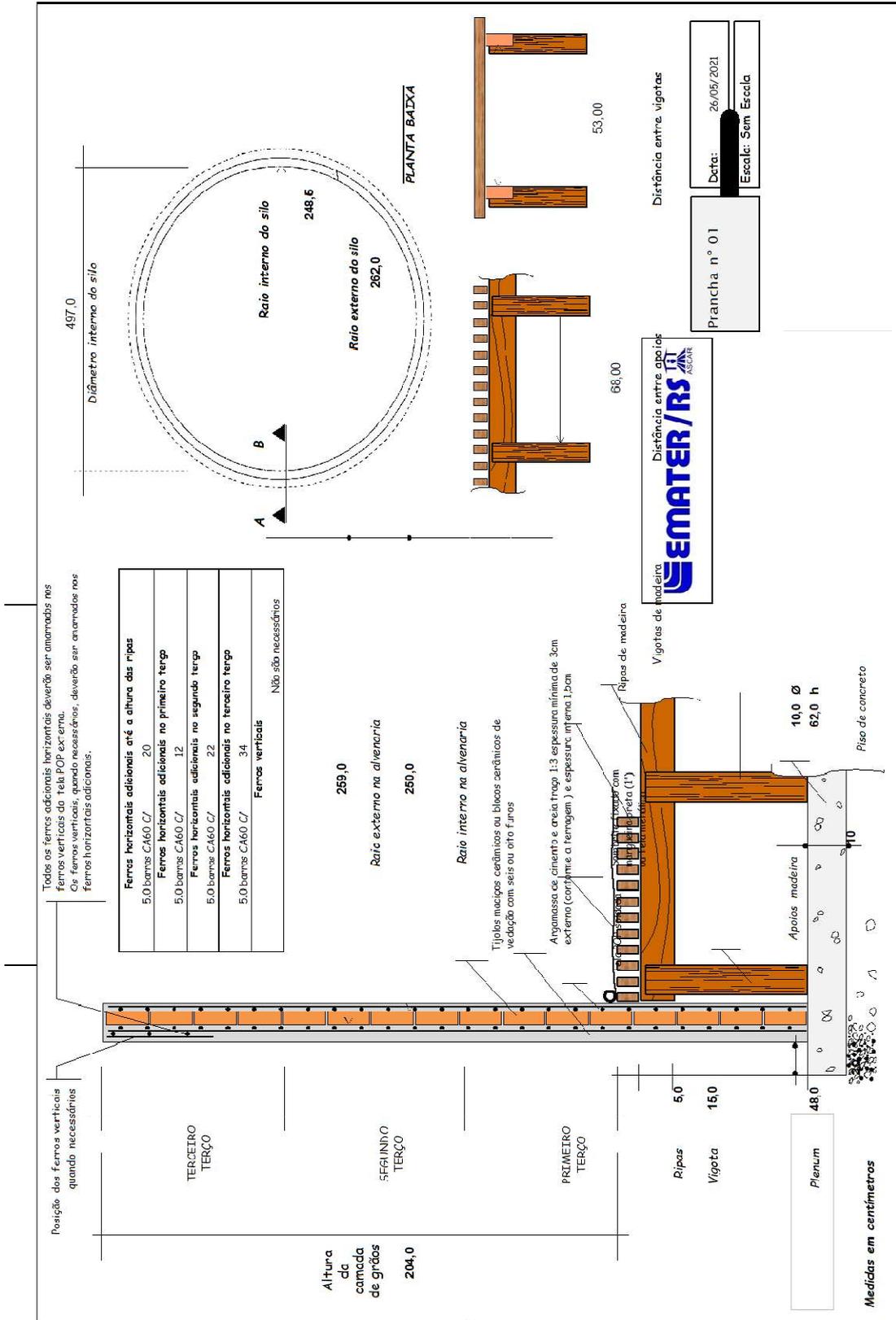
THOMSON, Carolina Rios. A Extinção Do Ministério Do Desenvolvimento Agrário E As Consequências Para A Extensão Rural Brasileira. **Angewandte Chemie International Edition**, **6(11)**, 951–952. [S. l.: s. n.], 2017.

ANEXO I

		ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ELDORADO DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO SETOR DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
<b>AGRICULTURA FAMILIAR</b>		

UNIDADE PEDRÃO - 0909/2021

CHAMADA Nº:	ALFACE (UNIDADE)	ABACATE (KG)	BRANINA (KG)	BRÓCOLIS (KG)	BETERRABA (KG)	CENOURA (KG)	COUVE FLOR (KG)	COUVE (molho)	CORDEIRO (molho)	ESPINAFRE (molho)	TEMP VERDE (MOLHOS)	LARANJA (KG)	RAPIOTE (UNIDADE)	REPOLHO (KG)	MORANGA (KG)
ESCOLAS	20	0	0	12	12	12	12	30	12	30	12	0	20	6	0
EM.EF. LUIZAMARIA BIFARÉ CEZAR AV. A. Nº 16 - BARRIO CIDADE VERDE	15	10	20	6	5	5	6	15	8	5	8	16	10	3	7
EM.EI. ARCOIRIS															
EM.EF. INSSA SENHORA DA MEDIANEIRA AV. EMANIPACAO, Nº 270 - BARRIO CENTRO	10	0	0	4	4	0	4	10	6	5	0	8	5	0	0
EM.EI. EMANIPACAO, Nº 372 - BARRIO CENTRO	15	0	0	4	8	0	8	25	3	5	4	0	10	0	0
EM.EF. EMANIPACAO, Nº 804 - BARRIO CENTRO	15	0	0	4	4	2	4	10	6	5	5	5	10	2	0
EM.EF. DÓNEGO EUGENIO MEES	0	0	0	10	0	0	10	0	0	0	0	0	10	5	0
AV. NESTOR JARDIM FILHO, 1420 - CHACARA	0	0	0	10	0	0	10	0	0	0	0	0	10	5	0
EM.EF. BETULIO VARGAS	10	6	12	4	4	4	4	10	8	6	5	10	10	2	4
RUA SACARIA, Nº 665 - BARRIO CENTRO NOVO	19	0	0	3	6	3	6	8	5	5	0	14	19	2	0
EM.EI. GEBE MERY VIEIRA GONCALVES	3	3	6	2	2	2	2	5	2	2	1	3	5	2	2
RUA PARQUE Nº 1078 - BARRIO CENTRO NOVO	7	2	6	2	1	1	2	5	4	2	3	2	4	0	2
EM.EI. PADRE ANTONIO MEIRA	35	0	0	16	16	10	16	30	15	15	15	40	30	5	0
RUA ALVICO HELLER, Nº 878 - BARRIO ITAI	10	0	0	4	4	4	4	10	6	12	4	13	8	2	0
EM.EI. ALGODÃO DOCE	8	4	8	2	2	2	2	10	3	5	3	6	8	1	3
RUA PORTO ALEGRE, Nº 616 - BARRIO ITAI	7	2	6	2	1	1	2	5	4	2	3	2	4	0	2
EM.EI. BRINCARDO E APRENDENDO	35	0	0	16	16	10	16	30	15	15	15	40	30	5	0
RUA MAURO TOTTA, 966 - SANS SOUCI	10	0	0	4	4	4	4	10	6	12	4	13	8	2	0
EM.EF. LA HIRE GUERRA	8	4	8	2	2	2	2	10	3	5	3	6	8	1	3
RUA IRENE S. TOTTA, Nº 301 - B. SANS SOUCI	8	4	8	2	2	2	2	10	3	5	3	6	8	1	3
EM.EF. ALMIRANTE TAMANDARÉ	8	4	8	2	2	2	2	10	3	5	3	6	8	1	3
RUA POR DO SOL, Nº 180 - Assentame no IRGA	8	4	8	2	2	2	2	10	3	5	3	6	8	1	3
EM.EI. FLOR DA TERRA	8	4	8	2	2	2	2	10	3	5	3	6	8	1	3
ES TRADA DA ARROZEIRA, Nº 240 - Assentame no IRSA	8	4	8	2	2	2	2	10	3	5	3	6	8	1	3
EM.EI. FAZENDA ARTE	8	4	8	2	2	2	2	10	3	5	3	6	8	1	3
AV. ANGELO COLLOMINI, Nº 101 - PARQUE ELDOorado	15	0	0	5	5	3	5	5	8	3	6	20	8	2	0
EM.EF. PARANA	9	0	0	3	3	3	3	9	6	8	4	12	9	2	0
RUA SINGILO DA SILVA, Nº 335 - PARQUE ELDOorado	9	0	0	3	3	3	3	9	6	8	4	12	9	2	0
EM.EF. SÃO JOSE	5	0	0	2	2	2	2	4	6	2	2	2	3	0	0
REDONDO RABELO CEZAR, Nº 222 - BOM RE TIRO	30	0	0	15	15	10	15	30	10	12	10	10	20	4	0
EM.EF. SEPE	30	0	0	15	15	10	15	30	10	12	10	10	20	4	0
BR 200, KM 142 - FAZENDA SÃO PEDRO - PARQUE ELDOorado	10	0	0	3	3	3	3	9	6	8	4	12	9	2	0
EM.EF. OCTAVIO GOMES ELDOorado	10	0	0	3	3	3	3	9	6	8	4	12	9	2	0
BR 200, KM 148 - AV. DOS PINHEIROS, Nº 991 - PARQUE ELDOorado	244	30	57	104	98	68	111	236	117	131	89	184	209	41	20
EM.EF. JOSÉ GOMES DE VASCONCELOS JARDIM															
RUA MARTIRHO FOE TA, Nº 2126 - LHA DA PINTADA															
<b>TOTAL</b>															





## CERTIFICADO

Certificamos que participou do CURSO DE GESTÃO DE AGROINDÚSTRIAS, na modalidade APRENDIZAGEM VIRTUAL, na condição de ALUNO(A), realizado no período de 01 a 31 de julho de 2021, com carga horária total de 24 horas/aula.

Porto Alegre, 31 de julho de 2021.

Geraldo Sandri  
Presidente da EMATER/RS  
Superintendente Geral da Ascar